

### **III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO - A DIMENSÃO ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA**

#### **MESTRE DE CERIMÔNIA**

Convidamos para proferir a palestra de abertura, com o tema A dimensão ética da sustentabilidade na gestão pública, o Professor, Doutor Juarez Freitas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

(Palmas)

#### **O SENHOR DOUTOR JUAREZ FREITAS**

*Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Senhoras e Senhores é uma grande honra participar desse Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, aqui no nosso Superior Tribunal de Justiça. E, mais ainda, de poder lhes falar sobre a dimensão ética do princípio constitucional da sustentabilidade.

Antes de principiar, gostaria de cumprimentar a todos os que viabilizaram este magnífico encontro, na pessoa da minha estimadíssima amiga, Doutora Ketlin.

Na segunda parte da minha fala, tecerei alguns breves comentários sobre contratações sustentáveis, no final. Mas, realmente quero hoje me concentrar nessa dimensão ética. A sustentabilidade é um princípio que tem cinco dimensões: a social, o trabalho escravo, trabalho indecente, que não combina com o desenvolvimento duradouro. O etanol, produzido com cana-de-açúcar, oriunda do trabalho escravo é insustentável, apesar de ser etanol. A dimensão econômica, que é também relevantíssima, mas é de uma outra economia que estamos a falar, a economia do baixo carbono. Se os fósseis, notadamente o petróleo, dominaram toda a história do Século XX e toda a economia do século XX, este terá de ser, após uma transição que tomara não seja longa, até para que possamos cumprir a Agenda 2030 com os 17 objetivos

de desenvolvimento sustentável da ONU, até para que possamos cumprir o acordo de mudanças climáticas de Paris, teremos que fazer essa transição, tomara que não seja longa, mas vamos ter que ter o século das energias, das energias limpas, das energias renováveis. A economia de baixo carbono veio para ficar. Quem apostar nas energias fósseis, no mundo fóssil, em todos os aspectos, inclusive na política, vai ficar para trás.

É curioso notar, a propósito ainda da dimensão econômica, que o Fundo soberano da Noruega, por exemplo, já decidiu que não vai mais investir em energias fósseis, o Fundo soberano que veio do petróleo, que é um dos maiores fundos do mundo, quer apostar apenas na área de energias renováveis. Esse é só um dos tantos exemplos. Países, como por exemplo, a Suécia conseguiu agora um acordo suprapartidário, com uma meta extremamente ambiciosa de erradicar carros, veículos em geral, movidos a fósseis, num prazo relativamente curto. Petroleiras importantes, pressionadas, sobretudo após o acordo de mudanças climáticas pelos acionistas minoritários, em especial os fundos de pensão, que têm compromissos estratégicos de longo prazo, já começam a separar uma parcela expressiva de seus investimentos para a área de energias renováveis.

E nós, no Brasil, que temos a vocação natural para a economia do baixo carbono, dada a nossa insolação privilegiadíssima, fomos há pouco tempo vítimas da maldição do petróleo. O pré-sal gerou uma euforia com todos os consectários, lamentáveis. Então, é preciso fazermos essa transição. A economia do Século XXI terá de precificar o carbono, terá de fazer experiências, como por exemplo, numa província, a Colúmbia Britânica, no Canadá, muito interessantes para vencer a rejeição social, atributo de governo que incide sobre o carbono, gasolina, carvão etc, resolveram neutralizar a incidência desse tributo, de maneira que todo o arrecadado é destinado para reduzir o tributo das pessoas físicas ou para programas destinados às famílias de baixa renda. Resultado: apoio social, maciço. É uma das belas experiências internacionais de tributação sobre o carbono.

A regulação, cada vez mais, vai ter que direcionar a economia mundial para o baixo carbono. Vejam o que aconteceu com uma grande montadora, há pouco, envolvida num escândalo chamado, *dieseldgate*. O que as pessoas às vezes não percebem é que por trás dessa falta de ética e de cumprimento das

regras regulatórias, por parte desta montadora, por exemplo, com emissões tóxicas no ar, ela não está simplesmente cometendo uma infração administrativa gravíssima ou legal, gravíssima, senão que também está contribuindo para uma das causas mais terríveis de morte no mundo, que é a poluição do ar. A economia dos fósseis mata milhões de pessoas por ano, segundo a OMS, 7 milhões de pessoas, por poluição do ar. Na Europa são 600.000 por ano, é impressionante. Na cidade de São Paulo, para trazer mais para cá, as pessoas vivem em média 2 anos menos por causa da poluição do ar.

Esta economia, portanto, do carbono tem de ser substituída, terá de ser substituída, mas por uma razão adicional: ela vai gerar, segundo a Agência Internacional de Energias Renováveis, milhões de novos empregos e de qualidade; vai gerar uma mudança geopolítica do mundo. O sol é para todos, os fósseis se concentram. A nossa ANEEL há pouco tempo, fez o dever de casa e já admite a energia distribuída no Brasil, mesmo em Estados de graves apuros fiscais, como é o caso do Rio Grande do Sul, acaba de ter lá um decreto isentando a micro e a minigeração de energias renováveis de isenção total de ICMS.

Vejam, está se construindo, então, a pouco e pouco, não sem enfrentamento de poderosos *lobbies*, que vão retardar o máximo esse processo de transição, mas a pouco e pouco, estamos construindo a economia do baixo carbono, a descarbonização da economia. Mas, não basta isso, temos que descarbonizar os espíritos. E é por isso que a dimensão é tão importante como mostrarei na sequência.

Além da social, além da ambiental, já falei da ambiental ao assinalar o tema da poluição. Como o ser humano tem uma grave dificuldade, relacionada a um fenômeno denominado desconto hiperbólico do futuro, tradução: o ser humano valoriza mais as recompensas imediatas do que aquilo que ele possa desfrutar no futuro, em geral, exceto aqueles que já têm muito mais ativo o córtex pré-frontal. Mas, os seres impulsivos vivem para o imediato. O corrupto, então, nem se fala; ele é capaz de gastar um milhão de dólares, talvez, não sei, em bens supérfluos, numa busca quase que oníomaniaca de consumo compulsivo pelo prazer imediato. Mas nós, que já pensamos estrategicamente a longo prazo, em termos intertemporais, já temos essa capacidade de

representação do futuro mais aguçada, sabemos, profundamente bem, aquilatar a importância do tema das mudanças climáticas. No entanto, a maior parte das pessoas ainda não.

Então, o discurso estratégico, eficaz, em matéria de defesa da causa da sustentabilidade, a meu juízo, reside muito mais em mostrar os danos imediatos que já acontecem hoje, sobretudo em matéria de poluição para a qualidade de vida das pessoas. Isso ajuda a trazer para a nossa causa e, a pouco e pouco, então, fazer com que essas pessoas abracem um pensamento de longo prazo.

A dimensão ambiental, como mostrarei na sequência, é decisiva com um aspecto relevante: é chegada a hora de reconhecer o valor intrínseco da natureza. A natureza não pode continuar a ser tratada como objeto de forma, os filósofos denominariam, de reificada, transformada como mera coisa. A natureza tem valor intrínseco, valor em si; isso tem enormes repercussões do ponto de vista da ética.

Bem, mas essas três dimensões clássicas da sustentabilidade estão entrelaçadas, não dá para pensar uma sem pensar a outra. Esse é um grave equívoco separar, não é? O exercício, por exemplo, do direito de propriedade, que está no Código Civil, tem de cumprir, ao mesmo tempo, finalidade econômica, social e de equilíbrio ecológico ou, então, a propriedade não cumpre as suas funções constitucionais. Isto está no próprio Código Civil.

Então, é preciso tratar de mais duas dimensões: uma, e temos feito progressos notáveis, nesta área, e destaco, a título ilustrativo, a Resolução do CNJ do Plano de Logística Sustentável, uma resolução histórica no Direito brasileiro.

E, mais recentemente, destaco o termo que se assinou aqui, hoje, vem a calhar, que, certamente, vai ter um efeito de propagação, de difusão da causa muito importante. Avançamos muito. Quero destacar mais um exemplo só: temos, hoje, entre tantos guias manuais, hoje não há mais desculpa para não fazer contratação pública sustentável no Brasil. Dizer que é difícil, dizer que não sabe como fazer, não há mais, não há mais.

Quero destacar, em homenagem à Flávia e à Teresa, que estão aqui, o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, que tivemos a ocasião de vê-lo lançado lá em Porto Alegre, no nosso encontro brasileiro, na AGU, de

Licitações Sustentáveis. Está na rede, está à disposição de todos de forma extremamente luminosa, mostrando que, na verdade, se trata de cumprir leis e normas administrativas relevantes. Parabéns às eminentes professoras pelo trabalho brilhante que fizeram, e pela AGU, por ter acolhido esse trabalho.

Feitos esses elogios, no jurídico-político avançamos muito, mas ainda falta muitíssimo, claro, ainda falta muitíssimo. Vejo que ainda há pessoas que separam o Direito Administrativo do Direito Ambiental. Já coloquei nos meus livros, no controle dos atos administrativos, no direito fundamental à boa administração pública, enfim, em todos os meus livros, já está lá o princípio da sustentabilidade, como um dos princípios, ao lado da legalidade, impessoalidade, moralidade, etc, o princípio da sustentabilidade. O artigo 225 incide nas relações de administração, evidentemente, com todas as consequências disso. Mas, vou pinçar, na legislação, um exemplo só para poder entrar na dimensão ética, que é o meu tema de fundo. E, e também, porque o tema da legislação vai ser aflorado na sequência deste importante Seminário.

Um exemplo só, num diploma legislativo, que até tenho lá as minhas ressalvas técnicas, no geral, mas que foi introduzido esse exemplo por sugestão do Tribunal de Contas da União. Aliás, um parênteses, o Tribunal que também despertou felizmente para o tema da sustentabilidade, cada vez mais, e agora para o tema do cumprimento dos objetivos dos movimentos sustentáveis. Isso é extremamente relevante. Aliás, espero que o IV Seminário possa ser sobre os ODSs, os 17 ODSs e o Poder Judiciário. Seria fundamental fazermos a Agenda 2030 do Poder Judiciário. Aliás, já estou envolvido num projeto de pesquisa que é, A Constituição Brasileira em 2030. Como é que queremos que ela seja interpretada, pensada para ali, logo ali, 2030 está bem pertinho de todos nós.

Mas, o exemplo vem da Lei do RDC, Regime Diferenciado de Contratações, repito, não vou entrar no mérito, seria tema para uma outra palestra, só alguns comentários sobre o Regime, que tem problemas. Mas, o artigo 4º, que foi posto pelo TCU, é notável, notável porque desfaz uma série de falácias nesta matéria. Por exemplo, a licitação não pode ter finalidades alheias à aquisição de bens e serviços pela administração pública. Portanto, tudo que for tentativa de acrescentar finalidades é estranho, é alienígena, não

pode ser... Falta de pensamento entrelaçado, multidimensional. Não é assim que funciona o pensamento sistêmico, não é? A compra, qualquer compra tem efeitos, produz externalidades positivas ou negativas; induz um modelo fóssil ou um modelo de energia limpa, por exemplo. Não existe contratação pública neutra, indiferente, e tenho, como a administração pública, o compromisso com princípios e com um certo modelo de desenvolvimento, que é aquele do artigo 225 ou com os 17 ODSs que, a meu juízo, todos, sem exceção, já estão na nossa Carta, bem interpretada.

Mas, há uma segunda razão para que esta falácia de que a licitação não se presta para a finalidade socioambiental, que é a seguinte: isso é uma falta de compreensão de como se faz a análise da proposta, o que é a proposta mais vantajosa. Esta é aquela que apresenta benefícios líquidos, sociais, ambientais e econômicos. E, não apenas de curto prazo. Também os custos de manutenção, por exemplo, têm que ser levados em conta. Não posso ver apenas o preço imediato de uma lâmpada; tenho que ver o preço disso num horizonte temporal, dilatado. É assim que faço análise de custo-benefício; não é apenas análise econômica de custo-benefício, e muito menos de economia imediatista; é análise sistêmica, é análise de sustentabilidade, avaliação de impactos sustentáveis - *sustainability impact assessment*, que aliás é recomendado num belo guia pela OCDE.

E, portanto, tenho que ver, para saber o que são benefícios líquidos, sociais, ambientais e econômicos, os custos e os benefícios diretos e indiretos, diz a lei. Está lá no artigo 4º. Quando o TCU sugeriu os custos indiretos, introduziu algo notável no Direito Brasileiro, que é quando vamos saber o que é uma proposta mais vantajosa, temos que ver os efeitos colaterais, as externalidades. Uma das falhas de mercado consiste exatamente em não haver a internalização das externalidades negativas: a poluição é o exemplo típico de externalidade negativa.

Então, por exemplo, quero oferecer alimento para os funcionários, a um preço razoável, e faço uma licitação. Vão dizer que é mais caro a alimentação sem agrotóxico, esse é o primeiro ponto. Mais caro em que sentido? Primeiro já não é mais isso, isso não é mais assim; segundo, se cada vez mais fizermos isso, vamos ganhar mais escala. O TRF da 4ª Região, por exemplo, fez uma licitação nestes moldes para o fornecimento de alimentos. E, hoje, se fornece

ali alimento orgânico, praticamente sem diferença de preço. Curiosamente que ainda tem para aqueles que gostam de agrotóxico, tem o alimento também para eles. Existem pessoas que são viciadas um pouco em agrotóxicos, paciência, estão em fase de transição. Dizer que agrotóxico é saboroso! Bom, há gosto para tudo. Mas, enfim, brincadeiras à parte, quais são os custos indiretos de um envenenamento progressivo? Vejam a gravidade do que estou dizendo. Hoje, a OMS já considera, segundo ela, comprovadamente, alguns cancerígenos, alguns agrotóxicos que continuam sendo comercializados no Brasil. Em boa hora, a ANVISA resolveu revisar a toxicidade desses agrotóxicos. Espero que esse processo tenha duração razoável. Quais são os custos indiretos disso? Eles podem até não aparecer de imediato. Agora, pergunto isso é relevante ou não na análise da proposta mais vantajosa?

Vamos fazer a pergunta de uma outra maneira: merenda escolar. É justo envenenarmos as nossas crianças com alimentações que não sejam isentas de componentes cancerígenos? É justo isto? É jurídico isto? Essa é que é a questão. Então, cuidado. Mudou o conceito de proposta mais vantajosa, mudou o conceito de preço em licitação, há uma nova precificação que está no ar e que começamos a construir, doutrinariamente, cada vez mais. E há um novo Direito Administrativo que, a pouco e pouco, construímos sobre o influxo, também, do princípio da sustentabilidade.

Muito bem, esta foi a introdução, vamos ao ponto de fundo, falta a dimensão ética. A causa da sustentabilidade transcende a todos nós e tem uma dimensão ética. O primeiro ponto a destacar, nessa causa, que aliás, cientificamente, depois quero mostrar para vocês, porque ela nos causa, faz bem, o grupo daqueles que se dedicam à sustentabilidade são grupos de pessoas que têm algo diferente, positivo. Depois, vou explicar, tecnicamente, porque isso acontece. Não é por acaso, tem explicação científica para isso. Feita a promessa, depois me lembre de cumpri-la.

Primeiro ponto: eticamente, a sustentabilidade exige algo novo na história da filosofia e da ética, exige a superação do antropocentrismo estrito, exacerbado. Alguns grandes autores cometeram este equívoco, grandes autores. Vou citar um, uma pessoa de quem gosto bastante, um filósofo que gosto bastante que foi o René Descartes, que, num dado momento, se deixou encantar pela racionalidade, não que ele não tivesse problemas pessoais,

sérios, na ordem dos sentimentos, inclusive. Mas ele se deixou encantar e buscou no *cogito ergo sum*, o arrimo para a construção de toda a sua filosofia e, também, de uma ética. Esta filosofia cartesiana, centrada numa racionalidade que não se comunicava com o plano dos sentimentos, a neurociência refutou completamente. É interessante, não dá mais para estudar filosofia sem estudar neurofilosofia, saber como o nosso cérebro funciona é essencial para não “comprarmos” ideias equivocadas, superadas. Por quê superou? Primeiro, porque o nosso processo de tomada de decisão, eticamente, inclusive, politicamente, juridicamente, judicialmente, enfim, nunca é só a razão, o cérebro funciona como um todo.

Segundo, mais grave, não só ele, esta contraposição, sujeito isolado, autônomo, solipsista versus o resto da vida, está errada. Mas, ainda há outro erro, e sobre esse erro de Descartes existe um livro chamado, O Erro de Descartes, de António Damásio, que é um grande pesquisador de neurociência, o erro de Descartes.

Então, vamos abandonar este erro gravíssimo. Mais, ainda, a separação que o antropocentrismo fez, e ainda faz, entre o sujeito e a natureza como objeto. Isto é gravíssimo; a reificação da natureza, o não reconhecimento do valor intrínseco da natureza. Mas, o mais grave não é isto; o mais grave anticientífico, irracional até, que, no momento que nos separamos da natureza, nos artificializamos, como se a nossa razão fosse uma máquina de cálculo utilitário. A tomada de decisão para alguns deveria ser a maximização da utilidade individual; isso deu numa figura chamada *homo economicus*, o homem econômico. Esta figura está em derrocada, hoje, na economia. Por exemplo, a obra de Daniel Kahneman, que recebeu o prêmio Nobel de Economia, e todos os autores da chamada economia comportamental mostram que este *homo economicus* não existe. Não é assim que funcionamos; não somos máquinas de cálculo de maximização de interesse individual.

Mas, vejam, como isto é forte. A economia neoclássica inteira orbitava em torno deste erro; erro de compreensão do ser humano, de como funcionamos, como somos. Olhem a gravidade disto. E no momento em que o antropocentrismo estrito, radical só fala em dignidade humana e não fala no reconhecimento do valor intrínseco de outros seres, cometemos ainda um outro erro bárbaro. Achamos que só nós somos inteligentes. Isto é um erro



elementar, cientificamente. Achar que a inteligência é um atributo exclusivamente do ser humano. Que arrogância! Que ignorância olímpica sobre a vida! E que prejuízo grave o de nos separarmos da natureza. O que há de melhor na vida é que somos naturais e, portanto, a religação com a natureza é algo extraordinariamente benéfico. Somos natureza. Não se trata apenas de cumprir os erros famosos; não se trata apenas de causar o menor dano possível à natureza. Não, temos o dever ético, de como integrantes da natureza, de promovermos intervenções benéficas a ela. Aí muda tudo. Mas, vejam essa separação: sujeito humano de um lado, objeto de outro. E, mais, não fosse apenas isso, o que já seria grave, mais um erro, um erro filosófico, gravíssimo. Muitos acham que o ser humano foi criado há pouco tempo, há uns 10 mil anos, e foi criado pronto, sem evolução. Que erro monstruoso, ignorar Darwin, no Século XXI. E, mais, que todo o planeta, tudo o que está aqui é para nós, para o nosso desfrute. Que prepotência, que despotismo, que empobrecimento da vida! Temos é mais responsabilidade, porque temos mais o exercício do córtex pré-frontal. Só isto. Somos mais responsáveis, intergeracionalmente, mais responsáveis pelos outros. Só isto. O resto, não. Achar que as galáxias foram feitas para o nosso deleite? Gente, um pouquinho de reflexão filosófica, achar que fomos criados há pouco tempo, do nada. Que pobreza de cognição!

Felizmente, as coisas estão mudando, já há muito mudaram. Por exemplo, hoje o evolucionismo é aceito pela igreja católica; *Laudate Assises* está aí, no ano passado. Vale a pena ler. Enfim, as coisas estão avançando. Então, esse pensamento, diria irrealista, empobrecedor do ser humano não se coaduna com uma ética da sustentabilidade. Todos aqueles que foram estritamente antropocentristas acabam sendo monarcas absolutos. Aí viramos uma coleção de pequenos tiranos ou grandes tiranos, numa relação prepotente com a vida. Isso temos que superar, isto é muito empobrecedor. E, nós que lidamos com a sustentabilidade, já nos demos conta de que não é assim e não cometemos mais esse erro crasso. Nós nos deixamos embevecer pela religação altamente prazerosa com a vida, com as flores, com os jardins, com os pássaros.

Uma pesquisa notável, de uma pesquisadora, infelizmente agora está indo para outro país, mas espero que ela volte. A Suzana Herculano fez uma

pesquisa notável com pássaros agora, e mostrou uma coisa muito interessante - ela é uma grande neurocientista brasileira. Os pássaros têm, proporcionalmente, mais neurônios do que os mamíferos. A propósito disso, também, quando falo assim: os pássaros têm neurônios, as pessoas acham que neurônios é uma coisa só humana. Há pessoas que acham que é. Um elefante tem neurônio? Gente, vamos estudar um pouquinho de biologia, faz bem para a saúde cultural e ética.

Bem, mas vejam agora uma questão ética, gravíssima: achar que nós, eu mencionava há pouco, só nós temos inteligência. Outra coisa: tem gente procurando inteligência nos outros planetas. Pessoal, quero dizer que já existe inteligência neste planeta que não é humana. Ah, vocês podem ver vídeos aí, quem depois quiser posso mandar, são divertidíssimos. Alguns macacos ganham em games dos alunos de Harvard, são mais rápidos em fazer certos quebra-cabeças do que alunos de Harvard. Nada contra os alunos de Harvard. A propósito disso, também, em 2012, o Manifesto de Cambridge, vale a pena ver, mostrando que alguns animais têm consciência.

Bom, agora, então, está introduzido o tema de uma reflexão jurídico-ética da maior relevância e, também, política, jurídica. O Supremo de vez em quando tem que abordar o assunto. Já disse, por exemplo, que a farra do boi é inconstitucional; já disse, por exemplo, que a rainha de galo é inconstitucional. No meu entender, ele ainda não disse, está examinando a matéria, mas deveria dizer que a vaquejada é inconstitucional; não é uma mera manifestação cultural. Mas, enfim, isso é um assunto que está em debate. E essas coisas, também, vão, se não disser agora, no futuro vão dizer, espero.

Mas, vejam como explicar a proibição de crueldade do artigo 225 da Constituição Federal? A proibição de crueldade está em vários momentos da Constituição. Por exemplo, se proíbe prisão cruel, penas cruéis, diga-se de passagem, o Brasil vem descumprindo isso, solenemente. Continuamos tratando, não importa se foi o crime mais hediondo que alguém cometeu, o Estado não tem o direito de ser cruel na aplicação das sanções. E temos hoje algumas penitenciárias que são bárbaras, são bárbaras. Há várias menções na Carta, proibitivas, de crueldade contra humanos, mas há uma que vai além do antropocentrismo, expressamente, que é a do artigo 225. Ali se proíbe a crueldade; esse é um conceito que vamos que ter que elaborar. Para além do

debate sobre se há ou não direitos dos animais, que não é o debate de hoje, Peter Singer *versus* Tom Regan, vamos deixar esse debate de lado, hoje.

Para além desse debate, existe a questão de saber se temos ou não uma vedação de crueldade, que transcende o meramente relacionamento humano. Sim, temos. Temos uma questão ética para enfrentar aqui, da maior relevância que, novamente, depõe a favor da necessidade de superação do antropocentrismo estrito. Ao dizer isto, por favor, não interpretem, é claro que não estão interpretando, mas mesmo assim faço a advertência, que eu esteja desprestigiando o princípio da dignidade humana. Não, o que estou falando é que existe dignidade não humana, que vamos ter que elaborar. E a sustentabilidade incorpora o valor intrínseco de outros seres vivos.

Segundo ponto: o conceito de Relatório Brundtland precisa ser aperfeiçoado, eticamente. Foi e é um grande progresso humano, de 1987, o Relatório Brundtland, no qual, embora já tivesse aparecido antes, em outros documentos, mas no..., pela primeira vez, se formula um conceito de sustentabilidade, num documento da ONU, e documento que teria peso na nossa Constituição no ano seguinte, porque influenciou, sem dúvida, a redação do artigo 225. Verdade que o tema do desenvolvimento sustentável, das solidariedades de gerações já havia. Por exemplo, o artigo 66 da Carta Portuguesa, de 1976, já trata do assunto. Mas esse conceito do Relatório Brundtland é muito importante e, por favor, não se deve abandoná-lo, devemos aperfeiçoá-lo. Esta é a minha proposta ética.

Qual é o conceito? Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de produzir, de satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem impedir a satisfação das necessidades das gerações futuras. Qual é o ponto? Por exemplo, Amartya Sen vai se debruçar sobre isso num belíssimo livro chamado *A Ideia de Justiça*. E vai se debruçar sobre esse conceito para dizer algo que me parece já é um contributo relevante de aperfeiçoamento. O ser humano não é só um ser de necessidades ou de necessidades materiais, como, normalmente, se lê isso. O ser humano trabalha com o bem-estar multidimensional, material e imaterial. Então, temos de evoluir para este conceito de bem-estar. E introduzir bem-estar, é isso que faço, por exemplo, no meu livro *Sustentabilidade, direito ao futuro*, cuja nova edição foi lançada agora, mas sempre com o cuidado de dizer: não estou, nem eu e nem Amartya

Sen estamos abandonando o conceito de Brundtland. Só queremos acrescentar outras nuances: o ser humano tem necessidades, sim, mas ele é muito mais do que isto. Há um livro muito interessante, em inglês, Drive, e no Brasil saiu como Motivação 3.0, de um grande psicólogo chamado Daniel Pink, que mostra bem isto. Olhem, temos três tipos de motivação, todos nós: uma motivação básica de sobrevivência, essa sim está no mundo das necessidades. Então, beber, comer, fazer sexo, tudo isto está nesse plano.

Uma segunda motivação, essa mais comum para nós na área do Direito, é a motivação que tem a ver com punições e recompensas, ou seja, somos movidos por incentivos positivos ou negativos. Esse é um segundo tipo de motivação, que eles chamam de 2.0, Mas, a motivação, essa segunda motivação, por exemplo, ajuda no processo de gestão pública e privada, apenas em relação a trabalhos repetitivos, não criativos. Então, aí dá para ter uma disciplina rígida. Só que os trabalhos criativos, que são os nossos, reflexivos e, sobretudo, voltados para o longo prazo, não adianta tentar resolver na base da punição e da recompensa, não funciona. E ele mostra isso com estudos empíricos notáveis. É preciso ter outra motivação, que ele chama de automotivação ou motivação intrínseca, que transcende a nós mesmos; é preciso ter uma causa. Olhem, aí entra a sustentabilidade. Todos aqueles que fazem trabalhos voltados para o horizonte, não apenas imediatos, e trabalhos voltados para a criatividade precisam de outra motivação, senão não vão adiante. Quem já lidou com pessoas bastante inteligentes sabem do que estou falando. É ou não é verdade? Então, é preciso uma nova motivação que suponha um imperativo ético, não formal, como kantiano - Kant tem grandes méritos, mas em matéria de reflexão sobre a natureza deixou bastante a desejar. E, principalmente, essa é a crítica que o Amartya Sen vai fazer ao John Howkins e ao neokantiano: ficar neste formalismo abstrato não estava nos ajudando muito. É preciso transformar esse imperativo de universalização para o plano concreto. E a sustentabilidade nesse plano concreto vai ter que lidar com estas motivações mais sutis, com esse bem-estar multidimensional que temos que propiciar condições para que aconteça nas relações presentes e para as gerações futuras.

E, outra coisa, de preferência, vamos ser francos, não é sem prejuízo, não, não. Temos que trabalhar para que as gerações futuras tenham ainda

maior bem-estar do que o nosso; que possam andar pelas ruas, à noite, com tranquilidade, por exemplo; que possam respirar ar puro nas caminhadas tão necessárias; que não sejam vítimas, olhem só, de AVCs causados por poluição do ar. Se vocês entrarem no site do Instituto Autos Estudos, chama-se, [autosestudos.com.br](http://autosestudos.com.br), é o site do Instituto que dirijo. Aí está uma pesquisa mostrando que um terço - um estudo sério de uma pesquisa, publicada em revistas internacionais - dos casos de AVC tem a ver com a poluição do ar. O que vocês acham disso?

Questões ambientais têm que ser tratadas como questões de saúde pública, e o bem-estar multidimensional tem que ser incorporado ao conceito de sustentabilidade. Estamos de acordo? Isso é algo eticamente novo, que nos força até ir além da noção tradicional do Relatório de Brundtland.

Mas, agora, eu disse, prometi e vou cumprir. Existe um livro, cuja leitura recomendo, apesar de o nome parecer livro de auto-ajuda, mas é um livro muito sério, não que os livros de auto-ajuda não sejam, alguns não são, chamado Happy Money, de Michael Norton e Elizabeth Dunn. Existe vídeo no TED sobre isto, do Michael Norton, se não me falha a memória, ou dela, um dos dois está no TED. O que diz o Happy Money? Olhem, aqui entra um caso interessante. Essa é a terceira questão ética, não sabemos em geral lidar com o dinheiro. Então, há pessoas que resolvem o problema da seguinte forma, desligam-se do dinheiro, não dá certo. Não dá certo, pois nesse nosso mundo não vai dar certo, porque algum motivo de preocupação temos que ter, com a poupança, com o bem-estar futuro. Nós todos, se nos cuidarmos bem e tivermos um pouco de sorte genética, vamos viver 100 anos, não é verdade? Hoje em dia, isso não é nenhuma loucura. Há 20 anos, se alguém dissesse isso em uma palestra diriam: Olhem o professor não está bem, não é? Hoje não, hoje é normal eu dizer isso, é tranquilo dizer isso.

Bem, então, viver sem preocupação com o dinheiro não dá, infelizmente nesse mundo não dá. Um dia, quem sabe, sem dinheiro em papel dá, não é? A Suécia vai banir inteiramente o dinheiro em papel, bom, isso dá. Mas, precisamos ainda dessa tal de moeda. Então, se precisamos, como é que fazemos para lidar bem com isso? Tem gente que trabalha 14, 15 horas por dia para ganhar dinheiro. Gente, isso é gravíssimo. Quando um grande executivo me disse:

— Hoje, trabalhei 14 horas.

Eu disse:

— Fizestes mal para ti e para os negócios, porque a tua tomada de decisão, depois de um certo momento, é vítima da fadiga, e a fadiga decisória gera decisões erradas. Portanto, vá para casa descansar, cuidar da tua família e volta para o bem da tua empresa.

Havia um grande político, que não vou mencionar o nome, que adorava dizer que dormia pouco. Disse a ele uma vez, atrevidamente:

— Governador, posso lhe pedir uma coisa? Durma um pouco mais. Durma, isso vai lhe ajudar no processo de tomada de decisão, vai ser ótimo. Há estudos científicos que mostram isso.

Muito bem, se precisamos lidar com recursos, como fazer isso de maneira sustentável, não é isso? Esse é o nosso ponto quando lidamos com recursos públicos, inclusive, como usar o Happy de forma happy, um happy money do dinheiro público. Como usar o dinheiro privado, como usar o dinheiro? Isso tem tudo a ver com ética, não é?

Primeiro, neste livro, vamos ver o seguinte: ao contrário do que alguns imaginam ou a maioria imagina, uma das piores coisas a fazer com o dinheiro é começar a comprar coisas, acumular coisas. Tem gente que é colecionador patológico até, ou não patológico, mas, enfim, compulsivo. Mas, vivemos numa cultura curiosa, de sofrimento terrível, que é a seguinte: a aquisição dos chamados bens posicionais, isso é uma coisa bastante insustentável. O que é um bem posicional? É um bem de status. Então, por exemplo, sou um jurista e quero mostrar que sou um jurista competente e tenho que ter um carrão, é ou não é? Gasto uma fortuna naquilo, aliás é um péssimo investimento, do ponto de vista da depreciação; às vezes é um carrão movido - sabem aqueles carrões, carrões mesmo? Tem um que esses dias vi, perto da minha casa, a minha rua é estreitinha, é uma limousine que travou, e achei o máximo, travou e ficou na esquina, não conseguia sair e comecei a tirar fotos, porque achei o máximo aquilo. Não é sadismo, gente, mas é que aquilo não é razoável. De vez em quando, você tem que se dar conta de que aquilo ali não é um modelo razoável de... Mas, por quê a pessoa faz isso? Por uma razão, para sinalizar, assim como o pavão faz para a fêmea, abrindo aquelas penas, o ser humano também tem um pouco disso, ainda; um negócio meio primitivo, bens

posicionais. Então, ele mostra o carrão e tal. Às vezes fica com um carrão no congestionamento gigante, lá em São Paulo, e dá uma pena danada de ver o camarada com um carrão parado. E fico olhando para ele e pensando? Poxa, podia ser um carro mais simples.

Qual é o problema dos bens posicionais, cientificamente? Sempre tem um vizinho que vai comprar um carro melhor. Isto arrasa o sujeito; lá se vai o camarada trabalhar 18 horas por dia, perde a mulher, perde tudo, mas vai ter que ter o carro melhor do que o do vizinho, até que o vizinho compre um carro melhor do que o dele. Sempre vai ter alguém com o carro melhor do que o dele.

Esta é uma corrida desenfreada, cá entre nós, tola, não é? Há um livro notável de dois ganhadores do prêmio Nobel, na tradução de Portugal é, *À Pesca de Tolos*, do Robert Shiller e do George Akerlof. Não podemos agir assim como todos; somos vulneráveis e não podemos ser tão bobinhos.

Então, esses bens status, vamos ser francos, se quer impressionar um cliente, excepcionalmente, vai lá e aluga um carro desses, dá uma volta com ele.

— Olha, agora queria te confessar o seguinte: isso aqui é aluguel, o meu valor é intrínseco e vamos esquecer isso aqui.

Pronto, fui didático. O senhor não acha uma boa ideia? É mais econômico.

Neste livro, *Happy Money*, o que dizem o Michael Norton e a Elizabeth Dunn? A primeira coisa: não invista tanto em coisas, invista em experiências, essas sim valem a pena. Experiência, a experiência fantástica de ver o progresso de uma causa como a nossa. Em cinco anos, a energia eólica sai de 1% para 5% da matriz energética. E lá vou eu ficar com essa experiência de ter visto esse crescimento, isso ninguém tira. A experiência de um encontro fraterno, ninguém tira, ninguém subtrai isto, é ou não é verdade? Mas, até aí já é um progresso esse livro, e mostra como funciona o nosso cérebro, que tipo de hormônios são liberados quando fazemos uma coisa ou outra. Hoje em dia, com neuroimagem, dá para fazer esse tipo de pesquisa.

E, no final do livro, eles reservaram para o final um outro aspecto que é relevantíssimo para a sustentabilidade, sobretudo na dimensão social. Sabem o que mais causa prazer com o uso do nosso dinheiro? Investir nos outros.

Gente, se eu fizer um discurso altruísta, etc, vocês vão dizer, mas ele é moralista. Não, agora estou bordando, cientificamente, a ética. Quem é pai, quem é mãe sabe do que estou dizendo: dá mais prazer dar um presente do que receber. Quando a pessoa sacou isso, muda toda a sua vida, a sua relação com os outros muda, a sua atitude mental; ele passa a ser um portador de contágio positivo. Tem gente que é portador de contágio social negativo. Esse problema do contágio é muito sério. O contágio social é tão grave, por isso que não se deve noticiar suicídio, por exemplo, ou dar muita ênfase, como estão dando agora para o episódio de atentado. Isso é muito perigoso, porque é contagioso.

Agora, as pesquisas mostram que o contágio positivo é mais robusto e mais eficaz. Há pessoas que são positivamente contagiosas, doutora. A causa da sustentabilidade reúne pessoas desse perfil, e é por isso que, cientificamente, se irradia uma aura de bem-estar, quando se trata desse assunto. É muito difícil o camarada ser corrupto e sustentável. A probidade é a inerência de quem leva a sério, a não ser o camarada que faz o discurso de fachada, existe também. Mas, a gente localiza logo, é o sociopata e tal, localizamos logo. Agora, quem leva autenticamente a sério os discursos está investindo, inclusive, em outras gerações, olhem que beleza! E o conceito de Poder Judiciário, de Planejamento Estratégico do Judiciário também envolve uma nova Justiça, uma Justiça intergeracional, de longo prazo. Pensarmos em sete gerações, como alguns já propuseram pensar nas gerações como titulares de direitos, mas não apenas de direitos, no sentido dos direitos subjetivos clássicos. A teoria dos direitos subjetivos clássicos, com todo o respeito aos grandes autores, que ensino, tem que ser reformulada também, porque a nossa Constituição, e várias outras, estão reconhecendo a titularidade de direitos fundamentais, no nosso caso, ou pelo menos de direitos de gerações futuras, que não nasceram e nem foram concebidas ainda, e que já são protegidas. Quando consigo pensar nisto, numa representação do futuro, então, consigo entender em maior profundidade que nem tudo é monetizável. Esse é outro aspecto importante. Há um livro excelente sobre isso, de um filósofo muito popular, chamado Michael Sandel, não é um livro dele sobre Justiça, que vale a pena, mas não, é um outro livro específico, pois mostra que nem tudo está à venda. Nem tudo é monetizável. Existem justificativas não



econômicas, por exemplo, para a regulação de Estado, para a intervenção regulatória de Estado. Isso, aliás, é muito bem abordado num livro, que é, talvez, o melhor livro de Direito da regulação, hoje, nos Estados Unidos, do Stephan Brian, A Educação Extende Outros. Eles reuniram e fizeram um livro e disseram:

— Olha, não só as justificativas econômicas que nos movem a regular o mercado e a corrigir falhas de mercado e de governo, mas também justificativas não econômicas. Uma delas, o valor intrínseco, por exemplo, da nossa biodiversidade.

Para este final, reservei apenas uma questão antiquíssima, que comporta uma resposta cientificamente nova. O que é a liberdade? Senhores, essa é uma questão ética e filosófica da maior relevância para a sustentabilidade, inclusive. Será que somos livres? Alguns autores chegam mesmo a crer que o ser humano é determinado pela natureza, não tem mais liberdade nenhuma. Se fosse verdade isso, cairíamos numa situação realmente dramática, um beco sem saída, seríamos todos autônomos. Toda a história já estaria escrita, e não teríamos muito o que fazer aqui. O que é a liberdade? Agora, uma coisa é certa: não é a liberdade daquele homem arrogante, que se considerava o centro do universo. Não, essa também não existe.

Há um estudo notável, clássico, de Benjamin Libet, que fez pesquisa com neuroimagem no funcionamento do cérebro - esse estudo é clássico - intitulado, Do we have a free will? Nós temos livre arbítrio? Isso é uma questão chave. Nós temos livre arbítrio para traçar um plano e seguir esse plano, uma Agenda 2030, e fazermos o Judiciário e a sociedade, o Estado caminharem nesse sentido, ou tudo já está escrito? De certo modo, os hormônios é que nos governam, os impulsos já estão predeterminados, e bastaria eu ter a capacidade de predição sobre o comportamento desses impulsos, saberia o que a humanidade faria. Falta de humildade.

A natureza não funciona assim, e esse estudo do Benjamin Libet mostra algo impressionante. Vocês nunca mais vão esquecer esse estudo, que comento no meu livro, e que considero um achado notável, eticamente, impressionante. Por isso penso que hoje, quem estuda ética tem que estudar neurociência, neurofilosofia, porque não podemos nos dar ao luxo de ignorar as

descobertas de como funciona o nosso cérebro na tomada das decisões. Qual é a descoberta? Isso é importante, tenho dito isso em cursos para juízes, cursos de formação, formação continuada para os juízes, costumo dar esse tema do Benjamin Libet em mais profundidade, que vale para qualquer tomada de decisão. Olhem a gravidade do que estou dizendo, olhem só! Só tomamos consciência racional da nossa decisão milésimos de segundos após tê-la tomado.

A visão de liberdade, prepotente tem que ser descartada, porque a liberdade existe ainda; existe sim, mas sabem o que é a liberdade? É o exercício do poder de vetos sobre o impulso decisório. Esta região, o córtex pré-frontal, que é, em termos de número de neurônios, minoritária no nosso cérebro, são cerca de 16 bilhões aqui numa pessoa de 50 anos contra 76 bilhões das zonas primitivas do cérebro, que tomam aquelas decisões da motivação básica. E o que é mais grave é que essa região córtex pré-frontal só fica mais ou menos madura com 25, 26 anos. Isso é interessante, juridicamente. Em algumas pessoas não fica nunca. Esta região é responsável, número um: pela representação do futuro, é o córtex pré-frontal; planejamento estratégico é com ela; desenvolvimento duradouro é com ela, sustentabilidade; tomada de decisão com imparcialidade é com ela; não se deixar arrastar pelas paixões é com ela, essa região aqui. Só que ela tem que lidar com 16 versus 76 bilhões de neurônios. Então, o que ela tem que fazer é vetar os impulsos equivocados.

Portanto, a liberdade tem a ver com algo que a nossa cultura, num dado momento, achou que tinha que superar colocar para baixo. Achou que esse negócio é repressão, liberdade tem a ver com uma coisa chamada autocontrole. A pessoa que não tem autocontrole não tem autonomia e não tem liberdade, é movida pelo vício, pelos fósseis, pela poluição desenfreada. Não sabe adiar a recompensa, o chamado de Lei of *Gratification*, não consegue; é arrastada pelo imediatismo. O que ela vai preferir? O crescimento do PIB e ganhar eleição ou manter o desenvolvimento duradouro para além da eleição? Falta de córtex pré-frontal; falta de exercício do córtex pré-frontal. Isso é sério. Por isso é importante que o Estado, as políticas sejam de Estado e não de governo, porque os governos, em geral, estão enredados, em geral, com exceções importantes, em perspectivas de impulsos de curto prazo. E há um

estudo notável do Bryan Caplan, no livro Mito do Votante Racional, o próprio votante, infelizmente, está submetido a uma lógica do curto prazo, *short termism*, curto-razista. Isto é muito sério. E, se quisermos, e vamos querer, sem dúvida, vamos querer um desenvolvimento sustentável, no âmbito do Judiciário e não só nele, vamos ter que exercer essa capacidade de liberdade, de verdadeira autonomia, que consiste em frear, em autocontrolar livremente com motivação intrínseca interna, automotivação, os impulsos que são nefastos. E como é bom quando conseguimos chegar a esse pano. E vamos criando novos automatismos saudáveis e, às vezes, até rimos das vezes que éramos movidos a determinados impulsos, que causavam aquela sofreguidão, aquela ditadura hormonal própria de certas idades. Depois, vai serenando, e a vida vai ficando mais intensa e sábia.

E é por isso que, cada vez mais, me convenço de que existe uma necessidade, para encerrar, de exercemos essa liberdade para além do *harm principle*, e o que é isso? É o princípio fundamental de uma certa postura ética, utilitária de um grande autor, que respeito muito, que o formulou, chamado Stuart Mill, cuja ideia é bem intencionada. Era o seguinte: o Estado tem que respeitar ao máximo a autonomia individual e só deve intervir, quando e somente, quando a ação individual causar danos a terceiros; auto dano não deve intervir. Se gordura trans vai fazer mal para ele; se câmara de bronzamento artificial vai dar câncer nele, o Estado não deveria intervir, isso é um problema dele. Esse *harm principle* gerou uma série de distorções, de desregulação, que culminaram, não por culpa do Stuart Mill, por favor, mas num Estado omissivo, desregulador que deu na crise 2008.

Então, temos que fazer hoje um refluxo, e o Estado sustentável, não apenas protege muitas vezes o cidadão vulnerável na sua tomada de decisão que, ainda, não tem o córtex pré-frontal, dominando a cena, mas como fomenta autocontrole. A educação ambiental é uma educação de autocontrole, de verdadeira liberdade. E esse Estado, não apenas deve evitar o dano, mas, como sustenta, por exemplo, a economia circular, deve produzir o bem, a intervenção benéfica. Aí muda tudo, não temos apenas - Jeffer Sacks tem razão - um dever negativo, temos compromissos positivos de governança. O Poder Judiciário, com a causa da sustentabilidade, pode produzir grande bem sistêmico; pode mudar os modos de produção de consumo e de pós-consumo,

de responsabilidade compartilhada, de responsabilidade pelo pós-consumo; cláusula aliás que, juridicamente, é obrigatória, tanto nos contratos públicos como nos contratos privados.

Então, para encerrar, diria: quando tivermos agora, fazendo uma contratação pública, além de sabermos que ela é... Obrigatoriamente tem de incorporar os critérios de sustentabilidade. Deveríamos saber que estamos associados a uma causa que nos transcende; estamos investindo nos outros; estamos fazendo algo que vai além das aspirações de maximização do interesse individual; estamos surpreendendo benefícios líquidos, não apenas nossos, mas de todos. Estamos contribuindo, portanto, para uma nova relação jurídica, política e ética; a ética da sustentabilidade.

Portanto, é um convite profundo ao bem-estar. Mas, não o bem-estar minúsculo, mesquinho, pequeno, senão que esse bem-estar daqueles que têm uma causa que transcende a nós mesmos.

Esta é a nossa causa, a causa da sustentabilidade, a causa que espero seja também do Poder Judiciário, mas, sobretudo, de cada um de nós, das Senhoras e dos Senhores que são assim líderes, que não devem ter medo de assumir a liderança benigna. Um verdadeiro líder é aquele que forma líderes, que permite que os outros sejam autônomos, reconhecidos na sua força, no seu vigor, na sua independência, na sua dignidade. Mas, por favor, com uma dignidade que vá além de nós humanos. Seremos, também, mais humanamente dignos.

Muito obrigado.

(Palmas)